

# Carta garante ensino público gratuito



Alencar Monteiro

Longa negociação dos líderes possibilita sessão tranqüila para votar a educação

## Conselho de Comunicação, tema fechado

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

As lideranças da Constituinte já chegaram a um acordo sobre a criação do Conselho Nacional de Comunicação, que foi um dos assuntos mais polêmicos na fase inicial do Capítulo da Ordem Social, que trata do tema. Mas às vésperas da votação do Capítulo da Comunicação — poderá ser votado hoje ou na terça-feira — não se tem ainda um acordo sobre o quórum do Congresso Nacional que será necessário para a renovação das concessões das emissoras de rádio e televisão. Os grupos estão divididos quanto à exigência do quórum: maioria simples ou maioria absoluta.

Várias reuniões foram realizadas ontem em busca de entendimento, mas segundo o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), a única concordância foi no sentido de que a cassação ou não renovação das concessões não se dê por um acordo de lideranças. Enquanto o PMDB defende quórum com maioria absoluta, como definiu a Sistematização, o PT e outros pequenos partidos de esquerda insistem na aprovação do quórum com maioria simples do Congresso.

O deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), que tem coordenado as reuniões, acredita que será difícil obter um acordo com base nestas duas propostas. Por isso as lideranças já estão estudando uma fórmula intermediária, que seria o quórum simples com votação nominal, ou seja, metade mais um dos presentes, desde que os presentes constituam maioria. O PMDB teme que com a exigência de um quórum com maioria simples, o Congresso Nacional promova um "festival de cassação" das concessões de emissoras.

Apesar de já se ter um acordo sobre a criação do Conselho Nacional de Comunicação, o PT pretende, ainda nas reuniões de hoje, definir melhor o seu papel como órgão auxiliar do Congresso.

Segundo o deputado Olívio Dutra (PT-RS), a questão da transferência das concessões de rádio e televisão deve ser necessariamente apreciada pelo Congresso, com o parecer do Conselho.

## Pinotti diz que São Paulo se adiantou à lei

O secretário de Saúde de São Paulo, José Aristodemio Pinotti, afirmou, em São Paulo, que a aprovação do sistema único para área de saúde pela Constituinte "vai, sem dúvida nenhuma, melhorar as condições de saúde do País". Segundo o secretário, a medida "veio vestir uma experiência que está em curso e que já tinha se adiantado à lei, fazendo jurisprudência". Ele explicou que o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds) existe desde junho no Estado de São Paulo e, atualmente, está implantado em 414 municípios. "Ele é extirpante o mesmo que está na Constituinte. Um sistema único, descentralizado, hierarquizado com o comando da área pública mas também com espaço para a área privada, que não compete com a medicina liberal".

Pinotti afirmou que a antiga estrutura de saúde "impossibilitava a execução de qualquer programa de saúde porque era centralizada, fragmentada e apostava na complexidade, quando o necessário era apenas simplificar as coisas". Segundo ele, o funcionamento do Suds de São Paulo deverá ser o mesmo para outros estados. "A Constituinte prevê um comando único em cada nível de governo. Com isso, um posto de saúde de Santa Rita do Passa Quatro, por exemplo, será comandado pela prefeitura do município junto com todos os postos de saúde da própria prefeitura e do Estado".

O que vai acontecer, segundo Pinotti, "é a compatibilização de uma questão cultural brasileira com os princípios modernos de administração". Ele citou outras vantagens da unificação: a integração de recursos e a gerência da ação de saúde próxima do local onde ela se desenvolve.

## Na hora do acordo, a esquerda divide-se

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Antes de ser aprovado ontem o texto do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), do Centro, sobre o capítulo que trata da Educação, a esquerda estava dividida na reunião entre os grupos, pela manhã, onde se tentava um acordo. De um lado, os deputados Euclides Scalco (PMDB-PR), Eduardo Jorge (PT-SP), Abigail Feltosa (PSB-BA) e o senador Almir Gabriel (PMDB-PA) não concordavam que a merenda escolar e a saúde do educando fossem financiados pela seguridade social. De outro lado, os deputados Hermes Zaneli (PMDB-RS), Gumerindo Milhomem (PT-SP), Octávio Elísio (sem partido-MG) e Florestan Fernandes (PT-SP) não queriam que estes programas fossem desenvolvidos com recursos destinados ao ensino.

O consenso chegou com a fórmula encontrada por Eraldo Tinoco: "Os programas serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e por outros recursos orçamentários", ou seja, serão pagos pelos orçamentos do Ministério da Educação e secretarias de educação estaduais e municipais ou com contribuições como o salário-educação, nada impedindo que sejam utilizados recursos do Finsocial.

Tudo o impasse sobre a questão da origem dos recursos para o financiamento dos programas de apoio suplementar ao educando teve início com a posição adotada pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), para quem

Educação englobava não só ensino, mas também alimentação e assistência médica ao aluno, entre outros itens. A ideia foi combatida pelos seus companheiros de negociação, liderados pelo senador João Calmon (PMDB-ES) que, em discurso emocionado, ressaltou que toda luta pelos 18% da arrecadação da

## Voto de Landim é o editorial do "Estado"

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O editorial publicado anteriormente pelo Estado, sobre a votação do capítulo da educação na Constituinte, foi inserido ontem nos anais da Assembleia pelo deputado Paes Landim (PFL-PI), que ressaltou a "larga tradição histórica" do jornal a favor da modernização da educação brasileira.

Paes Landim lembrou que foi através das páginas do Estado que o movimento "Escola Nova", tendo à frente Fernando Azevedo, mostrou a força do seu pensamento. "E foi um dos grandes combatentes do Estado de S. Paulo, Armando de Sales Oliveira, criador da Universidade de São Paulo, que revolucionou o ensino universitário em nosso país", destacou o parlamentar.

As reflexões contidas no editorial sobre a preocupação exagerada da universidade com as questões de natureza administrativa, em detrimento de sua atividade essencial, que é a pesquisa e a qualidade de

## Empresários organizam estratégia para 2º turno

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Empresários da indústria, do comércio e da agricultura iniciaram ontem, em reunião na Comissão de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma avaliação dos trabalhos da Constituinte, para iniciar a elaboração de uma estratégia de defesa dos interesses da categoria nas votações do segundo turno. Entre os itens da nova Carta já aprovados em plenário e por eles considerados prejudiciais tanto para o trabalhador quanto para as empresas, está a questão da jornada de trabalho de seis horas por turno ininterrupto de revezamento. Segundo o presidente da comissão, Ruy Martins Altenfelder Silva, o item é prejudicial à atividade produtiva brasileira.

Segundo Altenfelder, o segundo turno não terá apenas um caráter homoiogatório do que já foi votado,

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O ensino em estabelecimentos oficiais será gratuito, com exceção das instituições municipais e estaduais que já não sejam totalmente mantidas com recursos públicos. A decisão foi tomada ontem pela Constituinte ao aprovar o texto do acordo que trata da Educação na nova Constituição. A fusão de emendas passou com 443 votos favoráveis, dois contra e três abstenções, afastando a possibilidade de instituir o ensino pago nas universidades federais. Mas manteve a participação da iniciativa privada no setor.

O acordo garantiu a destinação de verbas públicas para as escolas oficiais e entidades filantrópicas, ampliou de 13 para 18% a parcela de verbas da União para a Educação e manteve os 25%, no mínimo, de aplicação dos estados, municípios e Distrito Federal. Pelo texto, os recursos públicos poderão ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionárias ou filantrópicas, definidas em lei, desde que comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em Educação. Devem ainda assegurar que destinem seu patrimônio a outra escola do mesmo tipo, ou ao Poder

Público, no caso de encerramento de suas atividades.

A aplicação de verbas públicas em bolsas de estudo foi garantida para o ensino fundamental e médio, mas não para as universidades. Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde serão financiados com dinheiro proveniente de contribuições sociais e por outros recursos orçamentários.

Além do ensino fundamental, o Estado garantirá o atendimento em creche e pré-escola às crianças de até seis anos de idade; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências; oferta de ensino noturno regular e atendimento ao aluno através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e saúde.

Devido às dificuldades para se obter o acordo, que levou dois dias de negociações, após a aprovação do texto básico sobre Educação todos os destaques apresentados foram rejeitados. A emenda do deputado Gil César (PMDB-MG), destacada pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) sequer foi votada, já que confrontava os itens do acordo. Nelson Carneiro pretendia gratuidade de ensino para aqueles que comprovassem insuficiência de recursos na escola pública sob a forma de bolsas de estudo na rede par-

ticular. A proposta foi contestada pelo líder Mário Covas. Ele lembrou que Carneiro tinha assinado o texto do acordo e, portanto, não poderia tentar alterá-lo depois.

Emenda do deputado Sólton Borges dos Reis (PTB-SP), também rejeitada, pretendia colocar entre os princípios da educação a liberdade, a responsabilidade e a solidariedade humana. O mesmo aconteceu com a proposta do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que sugeria o estabelecimento de períodos de oito horas de aula, com assistência alimentar, médica e odontológica.

A Constituinte rejeitou também a emenda do senador Alvaro Pacheco (PFL-PI), propondo a vinculação de 12% do total da receita de impostos da União ao ensino básico, médio e técnico. Pretendia ainda que, dos 18% destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino no País, 6% iriam para o nível superior.

Os temas relativos ao esporte foram aprovados porque estavam fora do acordo e não eram polêmicos. Os constituintes decidiram estabelecer a autonomia das entidades e associações desportivas, que terão liberdade de organização e funcionamento.

A íntegra do texto aprovado ontem pela Constituinte está na página 31

## Todos estão satisfeitos: ganharam pela metade

FRANCISCO ORNELLAS

BRASÍLIA — O fim de dois dias de longas reuniões foi uma sessão de calma na Assembleia Nacional Constituinte. E o que ameaçava tornar-se um buraco negro, acabou com uma pacífica aprovação do acordo firmado ao meio-dia de ontem entre o Centro e os representantes da esquerda e o propósito do capítulo da nova Constituição que trata "da Educação, da Cultura e do Desporto". Ninguém ganhou tudo, ninguém perdeu tudo. O ensino continua gratuito, em todos os níveis na escola pública e a iniciativa privada é dada a garantia de continuar atuando no setor. As almas mais progressistas, que reivindicavam a destinação de recursos públicos apenas para as escolas oficiais, tiveram de se contentar com a possibilidade de se conferir verbas também "às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas".

O texto do acordo ontem aprovado pelo plenário da Constituinte acabou incluindo um item pelo qual os movimentos de esquerda muito lutaram. É o ponto dois do parágrafo primeiro do artigo 240, exatamente aquele que prevê a "gestão democrática do ensino público na forma da lei". Para o deputado Bezerra de Melo, ele próprio dirigente de escola particular e subscritor do acordo,

"isto conduzirá à inviabilidade do ensino público. As eleições diretas nas escolas superiores, já hoje transformadas em grandes corporações, vão mudar o conceito de autoridade, até mesmo o conceito de ensino".

Com o que não concorda o paulista Geraldo Alckmin, para quem "o texto aprovado fatalmente passará na redação final, pois é coerente, uma prova a mais de que, se as partes sentarem-se à mesa, podemos sempre chegar a um denominador comum".

De qualquer forma, a gratuidade do ensino público continua admitindo, como já vigora hoje, o pagamento às instituições estaduais e municipais que não sejam mantidas apenas com recursos oficiais. Nenhuma outra entidade educacional pública, entretanto, poderá ser criada a partir da promulgação da nova Carta sem que se imponha o regime gratuito. Uma vez mais todos foram satisfeitos. Pela metade.

Entre os constituintes que subscreveram o acordo aprovado, pelo menos um demonstrou descontentamento com o inciso três do parágrafo primeiro do artigo 240. Neste ponto, a nova Carta prevê a "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber". Interpreta ele que "liberdade de aprender significa livre arbitrio para o estudante aprender o

que quiser, até mesmo recusando-se a cumprir matérias curriculares".

Para um grupo de professores presentes aos debates, "a nossa maior vitória é mesmo a gratuidade do ensino". Para representantes da Federação Nacional de Ensino, a vitória fica por conta da possibilidade de continuarem atuando no setor, livres da "gestão democrática" que o texto impôs para as escolas públicas.

O ponto crucial, que chegou a ameaçar o acordo e exigiu o adiamento da votação para ontem, foi solucionado com o texto dado ao parágrafo 4º do artigo 246. Na proposta anterior, os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde seriam garantidos por recursos da seguridade social. Seriam verbas, basicamente, do Finsocial. Com isto não concordaram os deputados ligados à questão da seguridade e muito menos os que defendem a aplicação de 18% das verbas nacionais para Educação. A alternativa alcançada foi aprovar um texto sem definições rígidas. É o mesmo parágrafo 4º, que ficou assim redigido:

"Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no inciso VII do artigo 241 serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e por outros recursos orçamentários".



Alencar Monteiro

Estudantes fazem corredor polonês para pressionar deputados à entrada do plenário

## Professores levam até repentista

BRASÍLIA — Repentista arrebatado é Francisco Carvalho, platinense de 36 anos que esta semana deixou seus alunos de uma escola estadual da Freguesia do O, em São Paulo, e foi ter aos corredores da Assembleia Constituinte para gritar pela gratuidade do ensino. Viajou em ônibus encomendado pela Apeoesp com gente de muitas cidades do Interior, de Araras a Rio Claro, São José dos Campos ou Sorocaba, dormiu no Estádio Mané Garrincha e ontem almoçou na cobertura do Anexo IV da Câmara.

"Estou aqui meio ganhador, meio perdedor, melhor, de qualquer forma, do que no dia em que cheguei". E lá desanda ele: "Vim pra Brasília me achando importante / Sarney olhou pra mim e disse / Que cê que ignorante? / Volte pra São Paulo junto de seus alunos / Que eu fico aqui junto com meus gatinhos". O meio-ganhador de Chico Carvalho e de seus companheiros ficou por conta da certeza de que o ensino será gratuito em todos os níveis nas escolas oficiais. A outra metade, perdedora e doída, era a de, ao final de centenas de quilômetros mal dormidos, não ter conseguido uma senha para ingressar nas galerias e engrossar a ciação dominada por secundaristas. Estes, na verdade, eram os mais atuentes berradores ontem nos corredores do Congresso. Postaram-se na rampa de acesso ao plenário, pela qual todos os deputados vindos de seus gabinetes eram

obrigados a passar, e ali gritavam palavras de ordem.

Cerca de 500 jovens, boa parte dos quais mostrando camisetas verdes da Escola Agrícola de Brasília, discursavam e gritavam insistentemente em favor do ensino gratuito. Um lobby barulhento, mas inaudível tanto no plenário como nos gabinetes.

Os gabinetes, sim, foram alvo preferido de todas as partes; dos emissários do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior e da Federação Nacional de Ensino. Estes estavam certos de ter montado um esquema perfeito. Com a devida antecedência, instalaram representantes no Hotel São Marcos, e os despacharam diariamente para a Câmara dos Deputados num trabalho que lembrava muito a ação de boca-de-urna nas eleições. Paravam quem quer que fosse e apresentavam o broche de lapela, senha de livre circulação dos atuais constituintes. Pediam-lhe colaboração, vendiam seu peixe e seguiam para os próximos gabinetes.

O lobby dos proprietários de escolas fez do Palácio do Comércio uma espécie de QG de suas deliberações. Foi ali que, na tarde de quarta-feira, o presidente da Fenen, Roberto Dornas, reuniu os emissários presentes e tentou uma ação conjunta. Mostrada inviável, todos saíram com incumbência única: "Cada um pega o seu deputado". E o resultado foi lastimável: circuns-

pectos senhores formaram um "corredor polonês" nos acessos ao plenário. Como a questão embolou durante a votação adiada para ontem, eles voltaram a se reunir na noite de quarta-feira, desta feita no Hotel São Marcos, e reavaliaram suas posições. Ontem cedo, o encontro definitivo, uma vez mais no Palácio do Comércio. E, ainda assim, ninguém parecia saber ao certo o que deveria fazer. Eles, os proprietários de escolas, não tinham preocupação alguma com a questão das verbas suplementares aos alunos da escola pública, mas temiam que a falta de um acordo sobre essa questão tumultuasse tudo e levasse de roldão o texto integral do acordo, já redigido.

De sua parte, os secundaristas, que antontem fizeram uma grande manifestação nos gramados, ontem se espalharam pelos corredores. Ficavam à espera de uma chance de se aproximar dos acessos às galerias, às quais, eles sabiam, não teriam como chegar. Mas não ficavam quietos. Gritando, levantando os braços e mostrando faixas, procuravam demonstrar força.

Um coelhinho dos agentes de segurança acabou engolido pelos estudantes. Eles avançaram, venceram o cordão de isolamento e se concentraram no corredor de acesso às galerias. Ficaram por ali: a porta estreita foi fechada, o círculo refeito, os gritos de sempre: "verba pública! Só para escola pública!" Tudo inútil. O texto estava aprovado. F.O.